



Centro Universitário de Brasília (UniCEUB)

Faculdade de Ciências da Educação e Saúde (FACES)

Autora: Emmanuelle Simone Nunes de Souza Mitchell
Orientadora: Flávia Bascunan Timm

Abuso sexual contra meninos: um estudo exploratório sob a perspectiva de homens adultos vitimados

Brasília
2023

RESUMO

O tema da violência sexual contra meninos, embora pouco debatido nos ambientes acadêmicos brasileiros, revela-se de extrema importância devido ao silenciamento em torno dessa grave violação dos direitos de crianças e adolescentes do sexo masculino. As estatísticas indicam que as denúncias ocorrem com maior frequência quando perpetradas contra crianças e adolescentes do sexo feminino, contribuindo para o ocultamento do problema, a insegurança da população infantojuvenil e a impunidade dos agressores. A discrepância no número de denúncias quando estratificada por sexo está relacionada a fatores culturais e de gênero, que naturalizam certos comportamentos masculinos considerados comuns pela sociedade, como a pornografia e masturbação, além da descredibilização do relato dos infantes, que resulta em sentimentos de vergonha e culpa. O método de pesquisa utilizado foi qualitativo, com a aplicação do instrumento de entrevista semiestruturada. Foram entrevistados três homens adultos que vivenciaram abuso sexual na infância, e o material foi submetido à Análise de Conteúdo de Bardin (1979). Os resultados corroboram com a literatura existente em relação ao problema da subnotificação quando se trata de abuso contra meninos, principalmente devido aos mitos e preconceitos estereotipados de gênero.

PALAVRAS-CHAVES: abuso sexual contra meninos – gênero - silenciamento

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	4
2. REFERENCIAL TEÓRICO	6
2.1 Violência sexual infantojuvenil: um problema a ser enfrentado	6
2.2 Revelação, notificação e denúncia do abuso sexual	7
2.3 Pesquisas sobre a abuso sexual contra meninos	9
2.4 Os estereótipos de masculinidade.....	12
3. OBJETIVOS	56
3.1 Objetivo Geral	56
4. MÉTODO.....	57
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	60
5.1 Estereótipos de gênero	61
5.2 Descrédibilização do relato.....	65
5.3 Culpabilização e medo	66
5.4 Subnotificação do abuso	67
5.5 Forma de violência	69
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	71
REFERÊNCIAS	72
ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA	75

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo analisar o abuso sexual masculino sob a ótica de homens adultos que vivenciaram tal evento durante a infância ou adolescência, explorando os tipos de violência sofrida, a experiência do segredo e as vivências subjetivas, bem como as estratégias por eles empregadas para lidar com tais acontecimentos.

O interesse por esta temática de violência foi despertado durante as disciplinas que precederam a elaboração desta monografia, por meio de projetos realizados em Estágio Básico I e II, Fórum de Debates, Produção de Artigo e Projeto de Monografia, no Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Nos dois primeiros projetos, foram abordadas as problemáticas relacionadas aos impactos de vivências traumáticas na infância de homens adultos que cometiam violência doméstica contra mulheres, bem como os efeitos da violência sexual na infância ou adolescência na vida de adultos de ambos os sexos.

Nas disciplinas subsequentes, o desejo de explorar a temática da violência sexual masculina tornou-se mais evidente, resultando na realização de pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto, utilizando como metodologia a revisão sistemática de literatura. Ainda assim, motivada pelo interesse em aprofundar minha compreensão sobre como se estabelece a dinâmica dos eventos que antecedem o abuso, bem como quais estratégias foram empregadas para a ressignificação do abuso, a presente pesquisa buscou respostas, ou pelo menos reflexões, obtidas por meio dos relatos das vítimas desse tipo de abuso.

Outro motivo que levou-me a querer estudar as circunstâncias dos abusos ocorridos contra meninos, refere-se a baixa produção de estudos sobre o tema, notadamente sobre a perspectiva de homens adultos, uma vez que ante os trabalhos encontrados nas plataformas acadêmicas sobre violência sexual de crianças e adolescentes, constata-se que a grande maioria se refere a violência sexual cometida contra meninas, ou, quando retratada a violência contra meninos, estas se baseiam na experiência de meninos crianças ou adolescentes, sob o olhar de familiares e/ou cuidadores.

A baixa disponibilidade de literatura sobre o abuso de meninos e homens levanta questionamentos sobre suas possíveis causas. Seria essa escassez de estudos devido à falta de notificação dos casos? Falta de interesse em pesquisar esse público específico? Dificuldade na identificação da ocorrência desses abusos? Ou talvez esteja relacionada a questões culturais, como a normalização de comportamentos abusivos ou estereótipos preconcebidos sobre o

homem? Seja qual for a razão, é essencial ampliar o olhar sobre essa temática para desvelar os preconceitos a que esses jovens e homens são submetidos.

Diante desse escasso número de produções acadêmicas que abordam a vivência sob a perspectiva de homens adultos que foram violentados na infância ou adolescência, surgiram inquietações sobre como esses homens, ao terem experimentado tal evento, conseguiram lidar com as repercussões desse abuso em suas vivências afetivas e sociais. No entanto, ao realizar as entrevistas, percebeu-se que há uma maior disponibilidade para falar sobre como o abuso ocorreu e não sobre as estratégias construídas para lidar com a violência. Talvez, ainda não tenham refletido totalmente sobre as violações, de forma a perceberem como sobreviveram tanto tempo no silenciamento. Esse dado revela o quanto o abuso sexual marca a vítima, transformando a violência em um problema individual e não público. Ou seja, há pouco espaço para se falar abertamente sobre o problema.

Foi conduzida uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual foram entrevistados três homens adultos que vivenciaram situações de abuso sexual durante a infância e adolescência. Todos os voluntários indicaram que a violência foi perpetrada por homens. Os resultados destacam a persistência do silenciamento, a falta de revelação e notificação, além de sentimentos de vergonha e culpa.

Assim, os resultados das entrevistas conduzidas nesta pesquisa lançaram luz sobre os mitos e preconceitos que permeiam a concepção da masculinidade normativa, os quais frequentemente encobrem problemas como o abuso sexual. Enquanto se destaca a importância de educar as meninas para protegê-las, muitas vezes os meninos são negligenciados, tornando-os mais vulneráveis a situações de abuso.

Nas seções seguintes, serão apresentados o referencial teórico, subdividido nos seguintes temas: Violência sexual infantojuvenil, Revelação, notificação e denúncia do abuso sexual, O Abuso sexual de meninos e os estereótipos de masculinidade. Posteriormente, serão detalhados o objetivo, o método, os resultados e a discussão e, por fim, as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Violência sexual infantojuvenil: um problema a ser enfrentado

As notícias sobre o aumento dos casos de abuso sexual envolvendo crianças e adolescentes no Brasil e no mundo têm sido cada vez mais recorrentes. A grande maioria desses abusos ocorre dentro de ambientes que deveriam ser seguros para as vítimas, como o espaço intrafamiliar. A caracterização de violência sexual refere-se à prática de atos com finalidade sexual, envolvendo um ou mais adultos em relação a uma criança ou adolescente. Por se tratar de atitudes nocivas ao corpo e à mente desses sujeitos, essas ações ferem princípios e direitos universais, tais como liberdade, respeito e dignidade.

Cruz et al. (2021) apontam estatísticas mundiais acerca da violência sexual envolvendo crianças e adolescentes. No Reino Unido, por exemplo, no período entre 2016 e 2017, foram contabilizadas 54.846 mil denúncias de violência sexual contra menores de 18 anos. De acordo com os autores acima, foi criado recentemente na Nova Zelândia um serviço para denúncia e acolhimento de vítimas de abuso sexual, o qual contabilizou cerca de 1.200 ligações no período de apenas um mês, sendo a maioria das vítimas adolescentes de 13 a 19 anos.

Em outros casos, vemos como barreira o fato de a sexualidade da vítima ser colocada em dúvida, tanto por parte de quem sofreu o abuso como pela família, assim aponta Hohendorff, Santos e Dell'Aglio (2015).

Ainda conforme Hohendorff, Santos e Dell'Aglio (2015), o baixo número de casos notificados de violência sexual envolvendo meninos deve-se à dificuldade das vítimas em denunciar o fato, considerando os aspectos socioculturais envolvidos, baseado no modelo da masculinidade hegemônica, que reforça atributos da força e da violação como valores naturalmente masculinos.

De acordo com Hohendorff et al. (2012 apud Hohendorff; Santos; Dell'Aglio, 2015), a violência sexual sofrida por meninos pode trazer uma série de consequências prejudiciais à saúde, tais como problemas relacionados ao risco de contaminação por infecções sexualmente transmissíveis (IST), probabilidade de desenvolver depressão, ansiedade, confusão quanto a imagem corporal e identidade de gênero; retraimento social, comportamento sexual inapropriado e agressividade.

Além dos danos mencionados anteriormente, outro fator que dificulta a revelação do abuso é a chamada desautorização do relato, que segundo o psicanalista húngaro Sandór Ferenczi (1873-1933), seria uma espécie de negação social do relato dessa criança, que ocorre

quando não há o reconhecimento da sua fala por nenhum adulto de sua confiança, tampouco por profissionais que atuam em locais de denúncias, o que, por sua vez, pode facilitar o surgimento de traumas futuros, conforme menciona Oliveira; Câmara; Canavês (2021).

Assim, para garantir a proteção adequada de crianças vítimas de abuso sexual, é necessário que ocorra a revelação do fato, bem como a notificação aos órgãos competentes e a denúncia da violência sofrida. É importante entender que a revelação é a etapa que mais demanda cuidado e atenção dos membros da família, cuidadores ou profissionais que têm contato com essa criança, pois muitas vezes é através de certos sintomas e sinais apresentados que torna possível a identificação de que aquela criança necessita de ajuda. A partir da revelação sobre o ocorrido, no qual a vítima relata o fato para uma terceira pessoa, pode-se notificar o caso, ou seja, realizar a notificação, que se refere ao encaminhamento necessário para que essa revelação se torne pública, envolvendo a denúncia às instituições de proteção e garantia aos direitos de crianças e adolescentes (Hohendorff; Santos; Dell’Aglia, 2015).

2.2 Revelação, notificação e denúncia do abuso sexual

Sabe-se que a violência sexual contra crianças atinge em grande número crianças do sexo feminino, mas isso pode estar relacionado à dificuldade dos meninos de relatarem o abuso, uma vez que esse tipo de violência contra homens é banalizada pelo processo de naturalização das experiências sexuais precoces em meninos. Ainda assim não é possível afirmar que a violência sexual contra meninos tem menor incidência, pois o que ocorre é a baixa notificação. É preciso analisar outros aspectos e realizar pesquisas mais aprofundadas sobre o assunto, segundo Hohendorff et al. (2012).

Para que a revelação de violência sexual ocorra é importante que o familiar, o cuidador ou um terceiro que tenha maior proximidade com a vítima, esteja atento aos sinais que estão sendo emitidos para tornar possível a identificação de alguma violação de direitos. A partir de uma pesquisa realizada por meio de um estudo de caso sobre como se deu o processo de revelação do abuso, com base no relato de uma mãe, foi possível a descoberta do ocorrido através da desconfiança da mãe sobre o relacionamento que a vítima tinha com o ofensor sexual, bem como a postura apresentada pelo menino diante das investidas da mãe sobre o interesse dele na relação de suposta amizade. A partir da descoberta do abuso, com base nas constatações que a mãe teve, foi utilizado o recurso de confrontação para que pudesse acontecer a revelação propriamente dita do abuso, o que nem sempre ocorre, pois muitos familiares permanecem no

campo da suspeita sem que haja a iniciativa de conversa diretamente com a criança (Hohendorff; Santos; Dell'aglio, 2015).

Em um estudo realizado por Conceição *et al.* (2020) através da consulta aos prontuários de meninos vítimas de abuso sexual em uma instituição da área de saúde do Distrito Federal, foram identificados comportamentos que poderiam estar relacionados ao abuso sexual, tais como: irritabilidade, dificuldade de aprendizagem, comportamento sexualizado, choro excessivo, dentre outros. Na grande maioria dos casos, estes sintomas surgiram no âmbito da escola, o que demonstra a importância de treinamento qualificado de todos os profissionais que atuam nesse contexto. No mesmo estudo foi constatado que as vítimas com idade inferior a quatro anos tiveram o abuso sexual notificado por instituições que são do âmbito da justiça e da saúde e não as escolas.

As reações da família frente à descoberta de um abuso sexual são as mais diversas possíveis, e podem variar desde reações de apoio, protetivas e compreensivas às reações de agressividade e culpabilidade pelo ocorrido. Segundo Hohendorff, Santos e Dell'Aglio (2015), outros comportamentos podem ser desencadeados na família das vítimas, como dificuldade de estabelecer confiança em relacionamentos com outras pessoas, pois sempre haverá a desconfiança de qualquer adulto que se aproxime da criança; preocupação de que a vítima possa replicar o comportamento abusivo com outras crianças; alteração da rotina e cuidados com a criança vitimada.

A notificação compulsória de casos suspeitos ou confirmados de violência sexual é obrigatória nas áreas de Saúde e Educação, pois dessa forma é possível mobilizar a rede de proteção às crianças e adolescentes, assim como permite criar estatística para o desenvolvimento de estratégias de prevenção e controle em Vigilância Sanitária. Cabe destacar que alguns autores consideram a notificação como uma poderosa ferramenta que auxilia na resiliência da vítima, e é considerada o passo inicial para a efetivação da denúncia, a qual gera o processo de investigação (Conceição *et al.*, 2020).

A última e mais importante etapa que compõe o processo de reestabelecimento à proteção à criança vítima de violência sexual é a denúncia propriamente dita, cabendo exclusivamente ao Ministério Público - MP a abertura de processo judicial para a devida responsabilização do autor da agressão. Segundo Conceição *et al.* (2020), é necessário que instituições ligadas à rede de apoio a crianças vítimas de violência estejam engajadas na luta pelo enfrentamento a todo tipo de abuso cometido contra crianças e adolescentes de ambos os sexos.

A vulnerabilidade de uma criança frente a um adulto não se refere apenas à imaturidade emocional, mas também ao desenvolvimento das habilidades cognitivas de avaliação e julgamento. Segundo Oliveira, Câmara e Canavê (2021), ao se ignorar a vulnerabilidade de uma criança, principalmente quando se refere ao relato de um sofrimento, esse adulto não apenas contribui para o surgimento de traumas oriundos da violência sofrida, mas também contribui para a perpetuação do silenciamento. Essa dinâmica do trauma é construída a partir da relação de um adulto, que exerce intrinsecamente autoridade sobre a parte mais vulnerável, desautorizando-a frente a qualquer outro adulto que venha a lhe ouvir. Nesse contexto, é importante que o atendimento às crianças vítimas de abuso sexual seja pautado no cuidado humanizado e que considere os efeitos da desautorização no processo de silenciamento e revelação.

Ante a dificuldade de acesso aos dados reais de violência sexual contra meninos e as poucas publicações existentes sobre o tema, a atuação profissional se torna desafiadora, tornando-se tão necessária quanto desejável uma formação qualificada para oferecer o devido suporte ao se depararem com situações de abuso sexual contra crianças (Conceição et al., 2020).

2.3 Pesquisas sobre a abuso sexual contra meninos

Segundo Gabel (1997 apud Siqueira; Arpini; Savegnago, 2011), ainda que muitos casos de abuso sexual sejam denunciados, existem aqueles em que as vítimas se silenciam e optam pela ocultação do ocorrido, seja por constrangimento, receio da reação por parte de familiares, ou pelo medo de serem mal interpretadas pelas autoridades. Há também um aspecto que torna ainda mais difícil a revelação desse tipo de violência: quando o abusador integra a rede de convívio da vítima, e com receio de causar uma desarmonia familiar, visto que com a culpabilização do abusador, o mesmo terá, ou pelo menos deveria, ser afastado daquele núcleo, ou, no pior dos cenários, a própria vítima é quem é retirada de casa.

Cabe salientar que existem maneiras diversas de cometimento de violência sexual, que não somente aquela praticada por meio da penetração, podendo ocorrer através de contato físico: tocar nas genitais da criança ou fazê-la tocar no abusador; aliciar ou obrigar a criança ou adolescente a praticar sexo oral, sem contato físico: apresentar conteúdo pornográfico incentivando o jovem a comportamentos sexuais inapropriados para sua idade; manter conversa envolvendo conteúdo sexual; solicitar imagens de crianças e adolescentes sem roupa e por fim, compartilhar ou produzir vídeo pornográfico, (Rosa; Souza, 2020).

Importa referenciar que os atos mencionados acima são considerados crime, e todos estão sujeitos a reclusão e/ou multa, de acordo com o disposto nas Leis nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Brasil, 1990) nº 13.718/2018 - Estabelece o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente vítima ou testemunha de violência (Brasil, 2018), nº 12.015 - Dispõe sobre os crimes hediondos (Brasil, 2009) e nº 13.718 - Dispõe sobre os crimes sexuais contra vulnerável dentre outros (Brasil, 2018).

Conforme apontado por Pfeiffer e Salvagni (2005), outro fator que dificulta a notificação desses casos refere-se ao ambiente onde isso ocorre, no caso quando um abuso advém de alguém que se tem parentesco, a criança ou o adolescente demora a perceber que aquele ato se trata de um abuso, dada a confiança que se tem no indivíduo abusador, e por sua vez, é levada a crer que é culpada pelo ocorrido.

Entretanto, ainda pouco se sabe sobre o real índice de meninos atingidos por esse tipo de violência. Dados apresentados por Pires (2021), revela que o último relatório anual realizado no ano de 2019 do Disque 100, canal de denúncia criado pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apenas 18% dos registros de violência sexual contra crianças e adolescentes brasileiros referiam-se a vítimas do sexo masculino. Outro dado assustador é a subnotificação de abuso contra meninos ser ainda maior quando são adolescentes, pois segundo Pires (2021), dos 46% casos notificados referem-se a vítimas do sexo feminino com idade entre 12 e 17 anos, e a proporção de garotos da mesma faixa etária que denunciam é de apenas 9%.

Informações recentes divulgadas pelo Ministério da Saúde no mês de maio de 2023, conforme Garcia; Mazui; Parreira (2023), registrou-se 202.948 casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, entre 0 a 19 anos, notificados nos últimos 7 anos. Ainda sobre esses dados, chama atenção novamente a discrepância quanto ao gênero que maior teve ocorrência de abuso sexual, entre adolescentes de 10 a 19 anos, considerando que do total dos 119.337 casos registrados no período acima referenciado. Dos casos catalogados, 110.657 são contra meninas e 8.720 são contra meninos. Diante de informações como esta, devemos pensar o porquê dessa desproporção entre o número de casos de abuso entre jovens de ambos os sexos.

Embora nos últimos anos tenha-se visto um crescimento no número de trabalhos acadêmicos sobre o assunto, ainda podemos considerá-la escassa, dada a importância do assunto e do desconhecimento sobre as repercussões de tal vivência na vida desses meninos, levando em consideração a invisibilidade destes. Conjectura-se que essa baixa incidência se deve pela dificuldade das vítimas em denunciar o fato, considerando os aspectos socioculturais envolvidos, baseados numa cultura machista e estigmatizante de garotos que sofrem esse tipo

de violência, onde em muitos casos a própria família tem receio de que o filho seja visto como homossexual, conforme aponta Hohendorff et al. (2012).

No Brasil, os casos de violência sexual masculina divulgados por pessoas públicas têm sido expostos timidamente, a exemplo do humorista Marcelo Adnet de 39 anos, que revelou ter sido vítima de abuso duas vezes durante a infância, sendo a primeira vez por um caseiro do sítio onde sua família costumava passar férias e mais tarde por um amigo da família. Adnet admite que teve dificuldade em falar abertamente sobre o ocorrido devido à dor em lidar com a situação, mas hoje entende que não teve culpa e fala da importância de encorajar homens a falarem de suas experiências traumáticas (Pires, 2021). Outro ator que resolveu expor o abuso sofrido foi Silvério Pereira. Ele conta que foi estuprado aos 7 anos e além da violência física, também sofreu violência psicológica, no qual o abusador ameaçava contar para a cidade onde residia que ele era “mulherzinha” e ainda que o iria espancar caso contasse para alguém (Ator [...], 2021).

Outro ponto que carece ser mencionado, concerne ao fato de que a maior incidência desses abusos ocorre no âmbito intrafamiliar, e comumente são os que perduram por longos períodos podendo ser praticados com o conhecimento de outros membros da família. Para Araújo (2002) a violência quando provocada por pessoas que possuem laços afetivos, geralmente contribuem para um maior impacto negativo cognitivo-comportamental nas vítimas, e embora grandes avanços tenham ocorrido nos campos jurídicos, políticos e institucionais acerca da questão, a impunidade ainda impera nesses casos, pois quando se trata de violência sexual perpetrada por familiares, mantém-se a cultura do silêncio, que envolve desde calar a vítima, seja com o fim de não expor o segredo intrafamiliar, ou mesmo mediante ameaça do abusador, e também o silenciamento dos demais familiares, cuja pretensão é muitas vezes não denunciar o abusador diante das relações de hierarquia e subordinação que essas famílias tem perante essa pessoa.

Para Florentino (2015) a compreensão acerca das possíveis consequências do abuso sexual infanto-juvenil na adultez é entendido como sendo um trabalho árduo e de resultados não imediatos, uma vez que há baixa incidência de estudos longitudinais que se dispõe a acompanhar as vítimas por largos períodos. Isso ocorre pela dificuldade em se comparar apropriadamente indivíduos que tenham sofrido violência durante sua infância ou adolescência e aqueles que não tenham sofrido violência semelhante.

Do mesmo modo, entende-se o quão necessária é a atuação profissional embasada na cooperação e treinamento com a formação de equipes multidisciplinares para tornar possível o aumento de estudos sobre o tema, além da implementação de políticas públicas eficazes, a fim

tornar o assunto o mais difundido possível entre a sociedade, visando possibilitar a identificação precoce desse tipo de violência, bem como propiciar um ambiente acolhedor para que meninos e seus familiares se sintam confortáveis em denunciar a violência sofrida, e desta forma, promover o melhor tratamento e acompanhamento para minimizar as reverberações negativas da experiência do abuso em suas vidas adultas (Hohendorff et al. 2012).

2.4 Os estereótipos de masculinidade

Ao homem sempre foi dado o papel de um lugar privilegiado e de poder social, principalmente sobre a mulher na constituição de uma relação. Entretanto, com os recentes movimentos feministas, esse contexto aos poucos tem se modificado, onde temos nos deparado com homens reivindicando seus direitos ante a autonomia feminina (Carvalho, 2015). Dessa forma, assim como apresenta Gomes (2003), os avanços causados pelas mudanças na forma como compreendemos o feminino, de certa forma têm contribuído muito para refletirmos sobre os papéis masculinos que vêm surgindo. Cabe mencionar que não se pode generalizar as características de um homem, pois sempre haverá diferentes aspectos relacionados a eles, e essas mesmas diferenças estão presentes na história de exploração masculina, assim como traz Carvalho (2015, apud Amantino; Priore, 2013, p. 10): “Não se trata, portanto, de uma história sem tensões, mas de uma história feita no entrelace de conflitos, dominação, subserviência e violência, e também de afetos, coragem, astúcia e negociações”.

Conforme pontuado por Carvalho (2015), o lugar social ocupado pelo homem é o que define sua existência no contexto em que este está inserido. Todavia, não podemos deixar de considerar que esse processo de inserção foi historicamente pautado no sofrimento causado por uma sociedade discriminatória, que exige performances rígidas para cada um dos sexos. Ainda segundo esse mesmo autor, entre o período da Colonização e Império, a iniciação sexual masculina era precocemente aceitável, onde por volta dos 13 anos, meninos filhos dos senhores de engenho, transitavam entre negras e mulatas desvirginando-se em um ritual tido como transição para o mundo adulto. Este comportamento naturaliza a agressão como um comportamento esperado pelo masculino.

Um estudo realizado no final do século 20, mostra que os homens da época apresentavam medo de serem contestados acerca de sua masculinidade por considerarem que não atendiam aos padrões vigentes, por não expressarem comportamentos sexuais padrões, dentre eles estava a introdução à vida sexual com prostitutas (Goldenberg, 1991 apud Gomes 2003).

A sexualidade do homem sempre foi motivo de preocupação moral por parte da igreja, aliás, muito mais em relação à mulher do que propriamente do homem, pois cabia a ela procriar o número maior de filhos que se pudesse ter, a fim de aumentar a honra da família, ou melhor dito, do homem. Já a medicina almejava resultados científicos exatos ao lançar previsões e cuidados para que os homens produzissem filhos saudáveis por meio do controle da periodicidade e duração da relação sexual entre o casal (Carvalho, 2015).

Refletir sobre um homem capaz de equilibrar a sexualidade e a afetividade em uma relação íntima pode suscitar uma crise em relação aos padrões de masculinidade. Conforme observado por Ramos (2020, apud Gomes, 2003), essa crise sempre existiu, não devido ao aumento do espaço conquistado pelo feminino, mas sim porque, nos tempos atuais, essa crise tornou-se mais evidente. Nesse contexto "crítico", é possível considerar como a sexualidade era tradicionalmente concebida, limitando-se a uma única possibilidade: aquela que se efetivasse exclusivamente pela atração entre os opostos. Assim, os padrões considerados tradicionais eram permeados por inseguranças relacionadas ao medo da homossexualidade, uma vez que atrair-se por outro homem era socialmente inconcebível.

Historicamente, o homem desempenhava o papel de responsabilidade pela proteção e defesa de seus lares, associando essas práticas à sua masculinidade. Para justificar tais comportamentos, muitos indivíduos cometiam crimes em nome da honra da família, chegando ao extremo de perpetrar estupros contra meninas pertencentes a famílias consideradas rivais, ações que, alarmantemente, contavam com a aprovação da sociedade da época. A expressão do desejo não era tolerada para esses homens, o que se refletia em ameaças constantes dirigidas aos meninos, incluindo a ameaça de terem seus órgãos sexuais decepados. Ao mesmo tempo, eram ensinados a controlar seus impulsos sexuais como uma prova de virilidade (Carvalho, 2015).

Ao longo do tempo, observaram-se diversas transformações, como indicado por Carvalho (2015). Tais mudanças abrangeram tanto o universo masculino quanto o feminino. As mulheres começaram a explorar seus corpos e a expressar sua sexualidade de maneiras mais evidentes, embora persistisse o estigma associado à dicotomia entre a mulher honesta e a prostituta. Surgiram também manuais de educação sexual que mantinham a ênfase no caráter sagrado e conservador do matrimônio para as mulheres, enquanto alertavam os homens sobre os riscos das relações extraconjugais e das doenças venéreas.

Ao final da década de 60, o consumo de álcool e cigarro abriu caminho para uma abordagem mais unissex e para uma aceitação crescente da diversidade sexual. A moda também passou por mudanças, incorporando características de ambos os sexos, exemplificado pelas

populares calças "boca de sino". A partir dos anos 70, as mulheres ingressaram no mercado de trabalho, embora ainda enfrentassem disparidades salariais significativas em comparação com os homens. Além disso, muitas delas se viram sobrecarregadas com a dupla jornada, conciliando o trabalho fora de casa com as responsabilidades domésticas.

Então, já no século XX, em decorrência das crises econômicas, há uma forte modificação do que até então era entendido como próprio "do homem", como modelo masculino, notadamente sobre ser branco, heterossexual, empregado e urbano, e é nesse momento que outros movimentos passam a se estabelecer, como por exemplo os homossexuais e feministas que buscam desconsiderar apenas o gênero e vão em busca de ideais de universalidade e igualdade de direitos. Dessa forma, aquela masculinidade de outrora encontra-se em evidência e passa a ser questionada como possibilidade de um novo homem, dadas as flexibilizações dos papéis adquiridos, de acordo com Carvalho (2015).

Diante disso, o autor ressalta que investigar a masculinidade é um esforço para desconstruir a ideia arraigada de que o homem é invariavelmente o perpetrador da violência, excluindo a possibilidade de ele desempenhar o papel de vítima. Esse cenário é ainda mais evidente quando se trata de crianças e adolescentes, frequentemente negligenciados e submetidos à crença de que a violência é uma espécie de rito de passagem para a masculinidade. Rosa e Souza (2020) adicionam à discussão, destacando a importância de refletirmos sobre como, desde a infância, projetamos expectativas específicas de comportamento nos meninos. Ao cobrar deles a revelação de situações de abuso, não implica, necessariamente, abrir mão de seus papéis enquanto homens.

Outro aspecto crucial para avançar nos estudos sobre a violência sofrida por meninos está relacionado à necessidade de desmistificar a sexualidade. Carvalho (2015) enfatiza que é essencial abordar esse tema para além dos aspectos biológico-reprodutivos, direcionando o olhar para as dimensões psicossociais envolvidas.

~p[

3. OBJETIVOS

3.1 Objetivo Geral

Investigar as repercussões do abuso sexual sofrido por meninos durante a infância ou adolescência em suas vivências afetivas e sociais de homens na fase adulta.

4. MÉTODO

A metodologia selecionada para melhor refletir os objetivos desta pesquisa foi a de tipo qualitativa, pois dispõe de uma proposta para analisar e entender os processos e estruturas de determinados fenômenos de maneira interpretativa, a partir do ponto de vista do pesquisado. Segundo Alonso (2016), esse tipo de pesquisa tem como maior obstáculo a impossibilidade de se isolar o fenômeno social ao qual se pretende investigar e analisá-lo separadamente, considerando que na grande maioria dos casos o objeto de investigação que está em jogo são pessoas, cuja possibilidade de modificar determinados comportamentos ou falas diante do pesquisador é bastante provável, seja para ocultação de alguma informação que não desejam revelar ou mesmo pela necessidade de moldar sua resposta de maneira intencional.

Corroborando com o que foi dito acima, uma pesquisa qualitativa vale-se de interpretações que os sujeitos pesquisados produzem do meio social ao qual pertencem. Dessa maneira, cada um desses sujeitos interpreta de maneira distinta sua conduta e age de acordo com essa interpretação de si. Surge então um dos maiores desafios para os cientistas sociais, eles precisam examinar a análise que o outro produz de sua prática.

Por essas razões, a pesquisa ora proposta é do tipo qualitativa, pois propõe-se a investigar a partir do ponto de vista dos pesquisados, o fenômeno do abuso sexual infanto-juvenil desses meninos e quais as reverberações dessa violência na vida adulta, notadamente no campo afetivo e social dessas vítimas.

Dito isso, o instrumento de coleta utilizado foi a entrevista semiestruturada, cujas características são de uma entrevista que embora tenha um direcionamento acerca do objeto de interesse do pesquisador, ainda que não tenha sido totalmente declarada, poderá sofrer adequações ao longo do processo, de acordo com o contexto de vida do sujeito entrevistado, conforme trazido por Alves e Silva (1992). Esse tipo de recurso permite que as questões formuladas sejam flexíveis, e conforme a fluidez dessa conversa, o entrevistador tem a possibilidade de estimular determinadas verbalizações a respeito da temática investigada, a fim de colher as impressões subjetivas daquele indivíduo.

Tal instrumento tem como premissa aproximar-se do entrevistado, demonstrando respeito e empatia, para que essa relação de envolvimento propicie a validação dos dados obtidos. Acrescenta-se também o fato de que a entrevista quando bem realizada, permite que o pesquisador adentre no relato do entrevistado, sendo possível a coleta de dados detalhada, de acordo com a percepção daquele sujeito, e isso lhe permitirá uma compreensão privilegiada sobre o fenômeno pesquisado, onde talvez fosse mais difícil de se obter utilizando outros

instrumentos, conforme argumenta Duarte (2004).

A amostra foi de acessibilidade e conveniência, tendo em vista que o recrutamento ocorreu por meio da rede de relações profissionais e pessoais da pesquisadora. Foi publicado um resumo da proposta da pesquisa via aplicativo de mensagens instantâneas *WhatsApp*, contendo informações sobre o objetivo e perfil dos participantes.

Após alguns contatos, foram selecionados 3 participantes homens, com idades entre 24 a 41 anos, e que se inseriram no critério de terem vivido situações de abuso sexual na infância ou adolescência e, principalmente, que estavam dispostos a compartilhar abertamente sobre suas experiências subjetivas, bem como sobre as repercussões disso para a adultez.

Após tomado o conhecimento dos nomes dos entrevistados, que se manifestaram voluntariamente a participarem do presente estudo, foi mantido contato com estes via *WhatsApp* para apresentação mais detalhada do objetivo da pesquisa, assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE, e para agendamento da entrevista presencial ou via online, via plataforma de videochamadas *Google Meet*. A duração de cada entrevista foi de aproximadamente 1 hora e 30 minutos de conversa, com a devida gravação.

A respeito dos procedimentos de coleta de dados, esta pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa - CEP, em conformidade com o estabelecido na Resolução nº 466 de 12 de dezembro de 2012, do Ministério da Saúde (Conselho Nacional de Saúde, 2012), considerando tratar-se de pesquisa que envolve seres humanos, cuja aprovação se deu pelo parecer consubstanciado nº 69500123.0.0000.0023.

A presente estudo respeitou os princípios éticos previstos no retromencionado dispositivo legal, notadamente com relação à manifestação expressa do (s) participante (s), assegurando sua vontade de contribuir e permanecer ou não na pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), que foi enviado previamente àqueles que manifestaram interesse na participação desta pesquisa, além de preservar sua dignidade e autonomia, não deixando de reconhecer a vulnerabilidade de cada um. Também foi analisado os riscos e benefícios, conhecidos ou não, individuais ou coletivos, bem como comprometimento com o máximo de benefícios possível, evitando danos ou riscos ao (s) pesquisado (s), e o mais importante, mantida a relevância social da pesquisa, preservando o sentido de sua destinação sócio humanitária.

Referente ao procedimento de análise de dados, a pesquisadora, de posse das gravações obtidas nas entrevistas, transcreveu todo o conteúdo e procedeu com a análise do conteúdo, seguindo os protocolos de análise de Bardin (1979), onde, conforme mencionado pela autora Minayo (2002), trata-se de uma técnica que consiste em investigar o conteúdo manifesto, a fim

de responder à pergunta de pesquisa formulada.

Tal método de análise tem bastante potencial para encontrar significado nas entrelinhas do conteúdo manifesto, uma vez que dados qualitativos necessitam de uma análise pautada em processos que não se reduzem a operacionalização de variáveis, assim como traz Minayo (2002, p. 22): “Não existe um “continuum” entre “qualitativo-quantitativo”, em que o primeiro termo seria o lugar da “intuição” da “exploração” e do ‘subjetivismo; e o segundo representaria o espaço do científico, porque traduzido “objetivamente” e em “dados matemáticos”.

Prosseguindo, a análise de conteúdo seguiu as 3 etapas estabelecidas, a saber, pré-análise, exploração material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação.

A fase de pré-análise diz respeito à organização do material coletado que será analisado, e que servirá de subsídio para a discussão da pesquisa. Essa fase é considerada uma das mais importantes, pois é através dela que surgirão as primeiras impressões sobre o conteúdo obtido. Comumente, é nessa fase que as hipóteses para responder à pergunta de pesquisa começam a surgir.

Nesta fase, após a transcrição das falas de todos os entrevistados, foi realizada uma leitura flutuante do conteúdo e em seguida destacados os trechos mais significativos, de acordo com os objetivos da pesquisa, para que na fase seguinte fossem criadas as categorias. Cabe esclarecer que a categorização se refere a etapa da sistematização das informações obtidas após a decomposição do conjunto de elementos que compõem a mensagem resultante das entrevistas (Minayo, 2002).

Ainda sobre a criação das categorias, é nesta etapa que os dados brutos são classificados de acordo com o objetivo do trabalho, de forma a permitir o agrupamento daquilo que existe de comum entre eles, no caso da presente pesquisa o critério utilizado para categorizar as falas foi identificar aquelas que se repetiram duas ou mais vezes durante o discurso dos entrevistados. Uma qualidade que deve ser percebida na criação de categorias é a sua pertinência com o referencial teórico, sendo importante que reflitam as intenções do objeto investigado.

E por fim, a última fase que diz respeito ao tratamento dos resultados obtidos e sua interpretação, a pesquisadora buscou desvendar a mensagem subentendida daquilo que foi dito pelos entrevistados, através de inferências e interpretações pautadas na literatura científica já existente sobre o tema, conforme Minayo (2002) aponta. Nesta fase as narrativas foram confrontadas com a bibliografia.

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após realizada a identificação das unidades, foram organizadas 5 categorias, quais sejam: estereótipo de gênero, descredibilização do relato, culpabilização e medo, subnotificação do abuso, e, por fim, forma de violência, que serão detalhadas após apresentação do perfil de cada entrevistado. Os nomes são fictícios para preservar o sigilo.

1. **Amadeu**, 41 anos, professor de artes cênicas, se considera privilegiado por ter tido pai e mãe casados durante a infância e adolescência, ambos com emprego e que nunca contestaram sua sexualidade. Sofreu o primeiro abuso sexual muito cedo, por volta dos 4 anos de idade, perpetrado pelos filhos de uma vizinha que dividia o mesmo lote com a família.
2. **Raoni**, 24 anos, profissional de educação física, apresentou a infância como um período normal, enfatizando que brincou muito aproveitou bastante essa fase. Morava com os avós maternos, a mãe e os irmãos. Aos 13 anos sofreu abuso sexual por parte de seu avô paterno.
3. **Luan**, 25 anos, assistente administrativo, tem poucas lembranças da infância, mas se recorda de ter sido uma criança extrovertida. Os pais se divorciaram antes de seu nascimento, e morou sempre com mãe e a irmã. Sofreu o primeiro abuso sexual aos 8 anos de idade, cujo violentador foi o filho da sua trabalhadora doméstica, que exercia a função de babá.

O perfil dos participantes não considerou o critério de raça, embora estudos futuros devam considerar esse importante aspecto para compreender como ocorre o funcionamento do racismo nessa violação de direitos.

Com relação às categorias identificadas, na categoria “estereótipos de gênero” foram incorporadas narrativas que abordam a interconexão entre os estereótipos de gênero e o processo de questionamento da sexualidade, a interpretação das experiências de violência sofrida e os impactos da construção da masculinidade.

Na categoria “descredibilização do relato” incluiu-se as narrativas referentes ao descrédito dos adultos e/ou pais com relação à revelação do abuso sexual sofrido.

Na categoria “culpabilização e medo” inseriu-se as narrativas sobre o sentimento de culpa pela violência sofrida e medo da revelação.

Na categoria “subnotificação do abuso” incluiu-se os relatos que apresentaram os motivos para a não revelação e que, conseqüentemente, levaram a subnotificação da violência.

Na categoria “forma de violência” apresentou-se o modo que foi praticado o abuso sexual.

É fundamental ressaltar que a separação dessas categorias foi realizada com base em critérios previamente definidos, não apenas para elucidar cada um dos aspectos corroborados pela literatura científica estudada, mas há a intrínseca interconexão entre todas elas. A culpa, por exemplo, está relacionada com os estereótipos de gênero e também com a não revelação e subnotificação. Ou seja, as categorias não ocorrem de forma isolada.

5.1 Estereótipos de gênero

De acordo com a literatura apresentada, a representação da masculinidade hegemônica, conforme descrita por Carvalho (2015), alinha-se aos estereótipos tradicionalmente esperados para a performance do masculino. Essa concepção associa a ideia de homem à força e coragem.

Nesse contexto, observa-se a tendência de associar o masculino a um papel ativo em todas as situações, inclusive nos casos de violência, onde é atribuído ao homem o papel de agressor, e conseqüentemente, à mulher, o papel de passiva e vítima.

Desde os primeiros anos, os meninos são instruídos a desejar as mulheres, ao mesmo tempo em que são orientados a rejeitar tudo aquilo que os conecta ao feminino, incluindo comportamentos tidos como femininos, a fim de evitar rótulos pejorativos como 'mulherzinhas' ou 'veados', conforme destacado por Moura e Nascimento (2020). As reflexões do entrevistado Amadeu evidenciam sua percepção sobre os comportamentos culturalmente associados às mulheres

Eu já tinha comportamentos diferentes, por exemplo nas brincadeiras de casinha eu botava as meninas para fazer compras pra eu ficar brincando com as panelinhas. Eu tinha essas coisas com a casa, eu sempre gostei de limpar a casa. Eu já tinha essas características do mais sentimental, mais frágil. O povo era maldoso, falavam que minha mãe me tratava como menina (Amadeu).

A influência dos estereótipos de gênero e a identificação com o feminino têm impactos significativos na experiência de adolescência na escola, conforme relataram Amadeu e Raoni:

Agora quando vai pra esfera da escola na adolescência eu sofri muito, e aí não tem a ver com o abuso, tem a ver com minhas características pessoais mesmo de ser

mais afeminado, de não me comportar como os meninos, então eu já fui taxado de ser gay, e tive toda essa questão do bullying, eu sofri bastante (Amadeu).

Na adolescência algumas coisas já apertaram um pouco, na questão da sexualidade mesmo, porque a gente vai crescendo e a gente começa a se ver de uma forma diferente do que é o outro rapazinho, por ser um homem homossexual, quando a gente é mais novo a gente se vê diferente dos outros meninos (Raoni).

Sobre isso, Moura e Nascimento (2020 *apud* Miskolci, 2016) afirmam que aqueles sujeitos que fogem aos padrões normativos de heterossexualidade são passíveis de preconceito em razão de distinguir-se do esperado pela sociedade. Portanto, a humilhação de meninos tidos como afeminados é uma forma encontrada para controlar o corpo alheio, e para que isso ocorra, é empregada a estigmatização no outro que é diferente de mim.

Conforme destacado por Rosa e Souza (2020), é preciso cautela ao afirmar que meninos na fase da infância possuam uma compreensão realista sobre o significado de homossexualidade ou heterossexualidade. Diante dessa consideração, podemos conjecturar sobre as manifestações mencionadas, sugerindo que os abusos possam ter ocorrido em decorrência das características femininas mais evidentes desses meninos. Nesse contexto, é possível observar a manifestação do preconceito de gênero, uma vez que, na cultura patriarcal, as mulheres, devido às percepções estereotipadas de fragilidade, podem estar mais propensas ao abuso.

Uma alternativa a ser considerada é a possibilidade de que tais abusos sejam perpetrados como uma forma de punição pelos agressores, fundamentada no ideal de masculinidade predominante. É plausível que o silenciamento por parte das vítimas ocorra por um perverso processo de homofobia internalizada por esses meninos, que podem ser vistos como merecedores de castigo devido à não conformidade com os comportamentos normativamente esperados.

No contexto do abuso como forma de punição, Baekert (2022) apresenta relatos de homens que foram vítimas de abuso sexual durante períodos de guerra, enquanto estavam sob custódia como prisioneiros. Nesses casos, a violência sexual é empregada como uma ferramenta para humilhar esses homens, expondo-os a cruéis formas de degradação. O propósito subjacente a essa violência é muitas vezes conquistar o território rival, utilizando o abuso sexual como uma tática de desumanização extrema e ridicularização.

Cabe mencionar também, que o participante Luan relatou durante a entrevista que se considerava diferente durante a adolescência, pois já se percebia como homossexual, inclusive

deixou de participar de alguns eventos da igreja destinados aos jovens para evitar o contato com meninos e desviar-se de qualquer interação muito próxima, pois além do medo de sua orientação sexual ser revelada, também temia ser expulso da igreja.

Eu já me sentia diferente, dentro de uma igreja tradicional. Eu ficava com medo de falar que eu era diferente e que eu me sentia diferente e poxa vida, todo mundo sabia que eu era diferente. Lembro que meu pai conversava comigo e falava que ele já sabia que eu era diferente (Luan).

No que diz respeito a esse tema, diversas contribuições literárias abordam o processo de internalização de crenças e valores estereotipados de gênero. Nesse processo, o indivíduo, ao compreender as normas que o cercam, incorpora-as como parte integrante de sua própria perspectiva. A velocidade desse processo de internalização é muitas vezes influenciada pela aceitação e respeito cultural do modelo a ser seguido. Contudo, o conflito surge quando há uma discrepância entre o que foi internalizado e o que é expresso externamente (Scott, 1972, citado por Antunes, 2016). Dessa forma, meninos que não performam os “padrões hegemônicos masculinos” tendem a se sentirem e serem vistos como inferiores, e essa percepção pode trazer ou agravar o sofrimento psíquico oriundo da violência.

O questionamento em relação à própria sexualidade está intrinsecamente ligado às representações de gênero esperadas para um homem. Nesse contexto, o participante Amadeu ponderou, em um determinado momento de sua vida, sobre a influência da experiência de violência sofrida em sua orientação sexual. Amadeu enfatiza que desde muito cedo já se percebia como um menino gay, independentemente da violência que tenha enfrentado, rejeitando assim a ideia de uma correlação direta entre sua orientação sexual e a experiência de violência vivida.

A pergunta foi, se isso não tivesse acontecido eu seria gay? Eu tive essa pergunta e eu fiquei, fiquei, fiquei, e a resposta foi de que mesmo se não tivesse acontecido lá na infância, eu ainda seria gay, porque não tá relacionado com isso (Amadeu).

No que tange especificamente a este tema, temos uma lacuna de conhecimento acerca da vivência do abuso sexual relacionada à orientação sexual, devido à escassez de estudos na área. Uma pesquisa abrangendo 461 homens e 483 mulheres, todos adultos que relataram ter sofrido violência física, sexual e negligência durante a infância, revelou que apenas 8% dos participantes mencionaram ter tido algum relacionamento homossexual, conforme evidenciado

por Wilson e Widom (2010, citados por Hohendorff, Santos e Dell’Aglia, 2015). Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de empreender mais pesquisas sobre o tema, a fim de aprofundar a compreensão dessa correlação.

Durante a entrevista com Amadeu, surgiram novas indagações por parte dele em relação à própria orientação sexual:

Foi por causa disso? Foi por causa disso que eu sou gay? E aí fiz uma especialização em gênero e tive contato com essas coisas de estudo de gênero, só que aí eu ainda fiquei me perguntando, de onde surge essa questão da orientação sexual, e eu acho que eu sempre fui, não foi por causa disso (Amadeu).

Ao longo da história, é amplamente conhecido que os comportamentos homossexuais foram alvo de severas sanções por parte da sociedade. Essas represálias eram manifestadas em diversas esferas, incluindo o domínio cultural, onde eram encarados como desvios das crenças vigentes; no âmbito religioso, onde eram rotulados como perversão; nos sistemas políticos, onde eram considerados transgressões; e até mesmo na perspectiva biológica, que os classificava como uma doença, conforme observado por Antunes (2016).

Conforme afirmado pelo mesmo autor, todos almejamos cultivar hábitos e comportamentos que sejam socialmente aceitáveis e legitimados pela sociedade à qual pertencemos. Quando nos percebemos como 'diferentes' em relação ao que a norma estabelecida define como padrão, é comum surgir uma tentativa de correção desse comportamento. Sistemas moralizantes, como a igreja, por exemplo, podem associar a homossexualidade a pecado ou, até mesmo, considerá-la como um crime.

O participante Amadeu relatou uma de suas vivências de abuso como sendo um jogo entre meninos, o chamado “troca-troca”, onde um menino ficava levemente inclinado para frente, com as mãos no joelho, para que os outros meninos encostassem seu pênis nas nádegas uns dos outros, e esse movimento era feito de forma repetida para que todos experimentassem a “brincadeira”. Inclusive, em dado momento, o entrevistado chegou a esboçar que não compreendia essa interação como sendo um abuso.

Quando eu descobri, aí tipo ficou aquela coisa, não, a gente veio aqui, não sei o que, a gente tá treinando, eu ouvi essa palavra, a gente tá treinando pra quando ficar mais velho (Amadeu).

Sobre esse tema, a literatura indica a existência de um problema relacionado à compreensão dos meninos acerca do abuso, pois alguns desses casos eram interpretados como "jogos sexuais", e dessa forma, a figura do abusador e do menino vitimado é apagada (Rosa; Souza, 2020).

O participante Raoni também compartilhou um episódio em que, durante uma discussão com seu avô materno sobre sua orientação sexual, este relacionou sua orientação sexual ao abuso sofrido.

E meu avô estava um pouco alterado nesse dia, e soltou: eu acho que se não fosse por conta daquele seu outro avô, você não seria assim. E isso me afetou de um jeito naquele dia. Porque na cabeça do meu avô, todo mundo que é abusado, quanto mais novo, acaba tendo a tendência a ser gay. Até porquê antes mesmo disso acontecer comigo, eu já tinha tido experiência com o próprio filho do pastor (Raoni).

A respeito desse assunto, é novamente importante salientar que afirmar que a orientação sexual seja uma consequência direta do abuso é uma visão superficial e até mesmo arriscada. Trata-se de uma questão complexa, dadas as diversas variáveis que cada menino vitimado pode apresentar. Além disso, a pesquisadora não encontrou, até o momento, qualquer contribuição científica que ofereça uma resposta definitiva a esse questionamento.

5.2 Descredibilização do relato

O silenciamento de crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual ocorre em uma dinâmica na qual o adulto procura desacreditar o relato da vítima, desconsiderando a vulnerabilidade desses sujeitos em relação ao agressor. Como discutido no referencial teórico desta pesquisa, os estudos de Ferenczi (1873-1933), psicanalista húngaro, destacam os efeitos do tratamento que muitos adultos dispensam às crianças. Ao tratá-las como ignorantes, desconsiderando o que sabem sobre a vida, contribui-se para o reconhecimento de sua vulnerabilidade, colocando-as em um lugar de indiferença e, por conseguinte, privando-as de serem ouvidas (Oliveira, Câmara, Canavês, 2021).

O relato do entrevistado Amadeu reflete essa problemática, conforme compartilhado por ele. Ao ser questionado se já havia considerado relatar o abuso, ele afirmou que não, pois acredita que, devido à sua orientação sexual, seria desacreditado.

Os meninos eram mais velhos que eu, eles iam negar, e como eles tinham postura, e o comportamento deles era masculino, então eu que ia cair em descrédito, e eu acho que meio que eu já tinha entendido isso, por isso que eu falei, nem vou mexer com isso, tô nem aí, não levei isso pra frente (Amadeu).

A dificuldade de expressar e de serem ouvidos contribuem para a ocultação da violência e, por sua vez, repercute na baixa notificação e denúncia. Além disso, ainda que algum familiar acredite no relato da criança e deseje notificar, ainda existe a possibilidade do seu relato ser desautorizado por profissionais responsáveis pela proteção e apoio às vítimas. Com isso, é fundamental que profissionais estejam aptos a realizarem escutas acolhedoras para esse tipo de público, a fim de evitar a descrcredibilização desse relato, impedindo a criação de um novo trauma, conforme aponta Oliveira; Câmera; Canavês (2021).

Diante do exposto, os riscos associados à postura de descrença por parte do adulto em relação à criança representam um fator de perigo para a continuidade dos abusos. Há o perigo de que, diante dessa descrcredibilização, que muitas vezes se manifesta como um pedido de ajuda por parte da vítima, ocorra uma nova vitimização.

Observa-se também que essa dinâmica está intrinsecamente relacionada às representações de gênero, onde a palavra dos chamados "homens" é mais prontamente aceita e valorizada do que a daqueles que são percebidos como mais afeminados. Mais uma vez, essa ideia perpetua a concepção de que às mulheres e àqueles associados ao feminino não é concedido o direito de denunciar, mas sim, muitas vezes, são sujeitos ao descrédito e alvos naturalizados da violação de direitos.

5.3 Culpabilização e medo

A culpa e o medo, entrelaçados com os estereótipos de gênero e descrcredibilização do relato da criança, são efeitos emocionais da violação. Um dos aspectos destacados na fala do Luan diz respeito à culpa que ele sentia pelos eventos de violência sexual sofrida.

Quando eu fui fazer terapia, eu não achava que eu era a vítima, eu achava que eu era o culpado, porque era muito normal, porque as pessoas simplesmente olhavam pra mim, passavam a mão e eu não reagia, então a pessoa falava: ele quer (Luan).

A literatura destaca que muitas vítimas tendem a experimentar sentimentos de culpa em relação ao abuso, principalmente quando possuem uma percepção distorcida dos eventos, deixando de reconhecê-los como abuso. Além disso, a autoimagem negativa pode contribuir para essa culpabilização, levando a vítima a interpretar a violência sofrida como uma falta de ação própria.

Outro fator gerador de auto culpabilização ocorre quando o agressor é do mesmo sexo que a vítima, causando confusão em relação à própria masculinidade, como apontado por Hohendorff et al. (2012). Conforme o autor, a desorganização mental resultante do abuso não apenas gera sentimentos de culpa, mas também desencadeia emoções como vergonha, raiva e medo na vítima.

Por um bom tempo eu me culpava por eu ainda ter ido, por eu ter feito isso, por eu ter pego lá no pênis dele, e tudo mais sendo que eu poderia ter feito o que: ai me deixa, eu não quero isso, sai daqui, vou embora, e não eu não reagi dessa forma (Raoni).

Rosa e Souza (2020) apontam que em uma pesquisa realizada com homens, a respeito de como se sentiram à época do abuso, muitos participantes manifestaram sentir-se tristes e com medo, além de terem seus relatos desacreditados quando tentaram revelar.

Outro fator que contribui para o sentimento de culpa está relacionado ao abusador, que acusa a vítima pela violência, invertendo a responsabilidade. Nesse cenário, a vítima passa a ser percebida como a mobilizadora dos impulsos libidinais do agressor. Dada a imaturidade da criança ou adolescente vitimado, há uma internalização da culpa, levando a vítima a acreditar que qualquer tentativa de revelação será interpretada como uma mentira pelo ouvinte. Assim, o agressor estabelece um controle completo sobre as ações da criança, contribuindo para a perpetuação do abuso (Pfeiffer; Salvagni, 2005).

5.4 Subnotificação do abuso

Conforme já trazido ao longo desta pesquisa, pouco se sabe sobre os reais números dos abusos cometidos contra meninos, mas não porque eles não acontecem e sim pela baixa notificação dos casos envolvendo o sexo masculino.

Das três entrevistas realizadas, todos os participantes relataram não ter feito a notificação aos órgãos de proteção à criança e adolescente na época dos abusos. Sabe-se que a não revelação do abuso leva a não notificação. Como mencionado na categoria "descrédibilização do relato", os entrevistados compartilharam as preocupações associadas ao ato de revelar, incluindo o receio de serem desacreditados caso optassem por denunciar a violação sofrida. De acordo com o relato do entrevistado Amadeu, ele ainda não revelou o ocorrido para nenhum membro da família ou pessoa próxima, e reitera que não tem a intenção de fazê-lo.

Já os entrevistados Luan e Raoni, apenas na fase adulta decidiram compartilhar com suas respectivas mães sobre os abusos sofridos. Nesse contexto, Raoni destacou:

Aí veio os meus 18 anos e um dia, eu consegui falar com minha mãe. Eu tava meio bêbado, e aí uma coisa foi puxando a outra, e tipo assim, eu joguei um verde, e falei. Minha mãe falou que simplesmente no dia que se eu tivesse falado pra ela, ela tinha matado meu avô, ela estaria presa hoje (Raoni).

O referencial teórico utilizado nesta pesquisa já abordou as possíveis causas dessa subnotificação quando se trata de abuso sexual contra meninos. Assim como pontua Hohendorff; Santos; Dell'Aglio (2015), essa baixa prevalência de denúncias se deve ao fato de que muitas vítimas possuem dificuldade de relatar o ocorrido, considerando os aspectos sociais pautados em crenças que envolvem mitos sobre o homem nunca demonstrar fragilidade ou pedir ajuda. Assim, ao internalizarem tais concepções, muitos meninos não enxergam a possibilidade de revelar o abuso, evitando assumir o papel de vítima.

Outra parte da fala do entrevistado Luan aponta para mais um motivo que dificulta a revelação, que seria o medo da reação de familiares, em especial da mãe. De acordo com ele:

Eu nunca contei pra minha mãe quem eram essas pessoas, porque se eu falasse pra minha mãe ia rolar sangue, porque minha mãe era da pá virada, então tipo, ela batizou na igreja, mas se ela soubesse que alguma coisa tinha acontecido, ela ia contar pro meu tio, que era do crimão, já tinha matado outra pessoa; misericórdia ia virar aquela loucura! (Luan).

A descoberta da violência sexual geralmente desencadeia reações de raiva, medo e tristeza nas mães. Essas reações, quando percebidas pelas vítimas, tendem a servir como um guia para determinar o que pode ou não ser revelado. Portanto, a revelação se caracteriza mais

como um momento de interação entre a vítima e o confidente, onde a vítima está constantemente analisando as reações do outro, conforme apontado por Hohendorff, Santos e Dell’Aglío (2015).

Antes da notificação, é necessário o processo de revelação, considerado um dos momentos mais estressantes para as vítimas. Relatar o abuso implica reviver a experiência traumática, desencadeando situações de estresse emocional. Além disso, há a preocupação com a reação da pessoa que ouve a revelação.

5.5 Forma de violência

Esta categoria aborda a manifestação dos participantes sobre a natureza da violência sexual, e foi constatado que em todos os casos o abuso sofrido envolveu toques ou carícias, sem a ocorrência de penetração.

O abuso sexual infantojuvenil é um fenômeno complexo que envolve a violação dos direitos de crianças e adolescentes. Normalmente, está associado à desigualdade de gênero e geração, fazendo uso de poder, sedução e intimidação. Dentro dessa complexidade, estão diversas formas de práticas de abuso, que podem variar desde atos que não envolvem força física, dificultando a comprovação e a ausência de marcas visíveis, como exibicionismo, toque e voyeurismo, como destaca Araújo (2002).

A fala do entrevistado Amadeu reflete que, além de não ter ocorrido penetração como forma de abuso, ele considera esse evento como menos agressivo.

Aí eu lembro sim dos meninos me colocarem pra fazer sexo oral nos dois, não lembro de nada mais. Me lembro de não ser algo tão brutal (Amadeu).

A fala do participante Luan também revela que o abuso sofrido muitas vezes era encoberto por recompensas e presentes. Dessa forma, o abusador não apenas se aproveitava da relação de proximidade e da inocência da criança, mas também oferecia presentes como uma estratégia para desassociar tais eventos da percepção de abuso.

Eu não sei o porquê eu não saía, mas o que eu me lembro é que naquela situação, eu não sei como começou, só sei que na minha cabeça, depois que ele me tocou, ele me deu dinheiro e me dava doces. E eu lembro que aquilo me chamou atenção, e eu lembro que eu voltava lá. Na minha cabeça eu tenho os flashes ,

quando eu voltava, não sei também como começou, ele me tocava no meio da loja, mas porque trabalhava só ele. Mas em determinado momento, ele me levava pros fundos e aí sim, ele baixava meu short e me estimulava (Luan).

Sobre essa questão, Hohendorff, Santos e Dell’Aglío (2015) ressaltam que a familiaridade e a confiança no abusador contribuem para a manutenção do segredo e, conseqüentemente, do abuso. Caso a vítima não compreenda que está sendo vítima de uma violência, ela pode temer que, ao revelar a situação, perderá as falsas regalias proporcionadas pelo abusador. Em alguns casos, o medo da reação do agressor, especialmente quando há ameaças de tornar o ocorrido público, transforma-se em uma espécie de chantagem. Esse processo leva muitas vítimas a se recusarem a falar sobre o assunto, contribuindo para a ocultação do evento.

Outro dado mencionado por Schmickler, Rech e Gomes (2003, p. 78, apud Oliveira; Câmera; Canavês, 2021) refere-se à estimativa realizada pela Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre a subnotificação de casos de abuso sexual, especialmente quando perpetrados por pessoas próximas às vítimas, devido ao medo que essas vítimas têm do agressor, especialmente se ele faz parte da família ou é uma figura influente.

Relacionando-se a isso, o entrevistado Luan revelou durante a entrevista que alguns dos abusos sofridos foram cometidos por pessoas próximas, embora sem vínculo familiar, como o filho da babá, um cabeleireiro conhecido de sua mãe e outro rapaz da vizinhança.

A gente se mudou, aí vem o cabeleireiro, aí eu ia cortar o cabelo, e minha mãe me dava o dinheiro, e tinha o cabeleireiro que minha mãe conhecia, então eu ia pra lá cortar o cabelo e toda vez que eu ia cortar o cabelo ele ficava me aliciando (Luan).

Sobre a natureza da violência, estudiosos como Carvalho (2015) indicam que nem sempre carícias ou toques eram considerados crimes, sendo que apenas a penetração era classificada como tal. Com as mudanças nas leis, as diferentes formas de abordagem sexual direcionadas a crianças e adolescentes agora são tipificadas como delitos do tipo estupro.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho de conclusão de curso teve como objetivo principal investigar o fenômeno da violência sexual vivenciada por meninos, sob a perspectiva de homens adultos que foram vítimas, assim como analisar as estratégias utilizadas por esses homens para atribuir novos significados à experiência de abuso. No entanto, os entrevistados não desenvolveram, em suas narrativas, as estratégias utilizadas para lidar com a violência silenciada. Desta forma, os resultados orientaram a pesquisa mais para a compreensão da dinâmica dos abusos e das problemáticas envolvidas nesse contexto.

É importante ressaltar que a autoria de crimes sexuais contra meninos não se limita ao sexo masculino, apesar de os entrevistados terem sido vítimas de homens. Isso sugere a necessidade de estudos mais abrangentes que explorem casos de violência sexual infantojuvenil perpetrados por mulheres, desmistificando também a questão da autoria. O abuso cometido por mulheres pode ser interpretado como um contato sexual precoce e configurar-se como um ato de iniciação sexual.

Nos relatos dos entrevistados ficou evidente como a cultura machista e homofóbica contribui para o silenciamento de meninos, mascarando as agressões sofridas. Comportamentos normalizados entre homens servem como subterfúgio para o cometimento de abusos.

Apesar das menções sobre a escassez da literatura acerca do tema, este trabalho utilizou uma generosa quantidade de referências teóricas para embasar a discussão e confrontar os resultados encontrados. No entanto, ressalta-se a necessidade de mais pesquisas sobre o tema, considerando a importância do assunto e as particularidades do universo masculino que podem não ter sido totalmente abordadas pelos entrevistados.

Diante disso, conclui-se que a discussão sobre o problema do abuso sexual masculino não foi exaurida, carecendo de mais visibilidade para romper com as micro violências sofridas por esses homens. É fundamental compreender que essa violência resulta em sofrimentos significativos na vida adulta, sendo essencial criar espaços para reflexões sobre como os meninos são acolhidos e escutados em relação à sua sexualidade, desmistificando mitos e preconceitos usados para camuflar o abuso.

A pesquisa visa sensibilizar a categoria de profissionais em Psicologia, bem como instituições de proteção à infância e adolescência, para estudos qualificados sobre o problema. A divulgação adequada do conhecimento sobre os diversos tipos de violência é crucial para a detecção e prevenção da violência sexual contra meninos, muitas vezes silenciosa.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Tânia Mara Campos de; PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato. Abuso sexual infantil masculino: o gênero configura o sofrimento e o destino?. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 14, n. 26, p. 46-67, 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282009000100004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 nov. 2023.
- ALONSO, Angela. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**: bloco quantitativo. São Paulo: CEBRAP, 2016.
- ALVES, Zélia Maria Mendes Biasoli; SILVA, Maria Helena G. F. Dias da. Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta. **Paidéia**, Ribeirão Preto, n. 2, fev./jul., 1992.
- ANTUNES, P. P S. **Homofobia internalizada**: o preconceito do homossexual contra si mesmo. 2016. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.
- ARAÚJO, Maria de Fátima. Violência e abuso sexual na família. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 2, p. 3-11, jul./dez. 2002.
- ATOR Silvero Pereira revela ter sofrido abuso sexual: “Aos 7 anos, fui estuprado”. **Istoé**, 2021. Disponível em: <https://istoe.com.br/ator-silvero-pereira-revela-ter-sofrido-abuso-sexual-aos-7-anos-fui-estuprado/> Acesso em: 15 mar. 2023.
- BAECKERT, Liliana Tinoco. “Fui violentado por vários homens ao mesmo tempo”: o drama dos homens estuprados durante guerras. **BBC News**, 2022. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-60495306>. Mar/2022. Acessado em: 09 nov. 2023.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.
- BRASIL. **Lei n. 13.431, de 4 de abril de 2017**. Estabelece o sistema de garantia de direitos da criança e do adolescente vítima ou testemunha de violência e altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113431.htm Acessado em: 13 nov. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal e revoga a Lei no 2.252, de 1º de julho de 1954, que trata de corrupção de menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/112015.htm Acessado em: 13 nov. de 2023
- BRASIL. **Lei nº 13.718, de 24 de setembro de 2018**. Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para tipificar os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, tornar pública incondicionada a natureza da ação penal dos

crimes contra a liberdade sexual e dos crimes sexuais contra vulnerável, estabelecer causas de aumento de pena para esses crimes e definir como causas de aumento de pena o estupro coletivo e o estupro corretivo; e revoga dispositivo do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941 (Lei das Contravenções Penais). Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13718.htm Acessado em: 13 de nov. de 2023.

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm Acessado em: 13 de nov. 2023.

BRIZOLA, Jairo; FANTIN, Nádia. Revisão da literatura e revisão sistemática da literatura. **RELVA**, Juara/MT/Brasil, v. 3, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2016.

CARVALHO, F. A. **Homem não chora: o abuso sexual contra meninos.** 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo/PUC-SP, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/17716>. Acessado em: 17 ago 2023.

CONCEICAO, Maria Inês Gandolfo *et al.* Abuso sexual infantil masculino: sintomas, notificação e denúncia no restabelecimento da proteção. **Psicol. Clin.**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 101-121, abr. 2020. Disponível em

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652020000100006&lng=pt&nrm=iso. Acessado em: 09 nov. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf> Acesso em: 22 mar. 2023.

CRUZ, Moniky Araújo da *et al.* Repercussões do abuso sexual vivenciado na infância e adolescência: revisão integrativa. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 4, p. 1369-1380, 2021.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004.

FLORENTINO, Bruno Ricardo Bérigamo. As possíveis consequências do abuso sexual praticado contra crianças e adolescentes. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 27, n. 2, p. 139-144, maio/ago. 2015.

GARCIA, Gustavo; MAZUI, Guilherme; PARREIRA, Marcelo. Brasil registrou 202,9 mil casos de violência sexual contra crianças e adolescentes de 2015 a 2021, diz boletim. **G1**, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/05/18/brasil-registrou-2029-mil-casos-de-violencia-sexual-contras-criancas-e-adolescentes-de-2015-a-2021-diz-boletim.ghtml>. Acessado em 10 nov. 2023

GOMES, Romeu. Sexualidade masculina e saúde do homem: proposta para uma discussão. **Opinião Ciênc. saúde coletiva** v. 8 n.3. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-81232003000300017>. Acessado em 16 nov. 2023

HOHENDORFF, *et al.* Violência Sexual contra meninos: Dados Epidemiológicos, Características e Consequências. **PSICOLOGIA USP**, São Paulo, 2012, v. 23 n.2, 395-415

HOHENDORFF, Jean Von; SANTOS, Samara Silva dos; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Estudo de caso sobre a revelação da violência sexual contra meninos. **Contextos Clínic**, São Leopoldo, v.8, n.1, p.46-54, jun. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-4822015000100006&lng=pt&nrm=iso Acessado em 16 mar.. 2023

MASCULINIDADE. **Dicio**, 2023. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/masculinidade/> Acessado em: 31 ago. 2023.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**. Teoria, método e criatividade. v. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOURA R. G; NASCIMENTO R. P. “Eu Não Virei, Eu Nasci”: discutindo a Afeminofobia a partir da figura do gay e do menino. Simbiótica. **Revista Eletrônica**, vol. 7, núm. 2, pp. 242-262, 2020 Universidade Federal do Espírito Santo. <https://www.redalyc.org/journal/5759/575965958015/html/> Acessado em: 10 nov. 2023

OLIVEIRA, Leonardo Ribeiro Gonçalves de; COMARA, Leonardo; CANAVÊZ, Fernanda. Meninos não choram: estudo sobre um caso de abuso sexual infantil. **Desidades**, Rio de Janeiro, n. 29, p. 151-167, abr. 2021. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2318-92822021000100010&lng=pt&nrm=iso Acessado em: 31 ago. 2023.

PFEIFFER L; SALVAGNI E. P. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Sociedade Brasileira de Pediatria (2005).

PIRES, Breiller. Homens e meninos também sofrem abuso sexual. Eles estão aprendendo a pedir ajuda. **El País**, 2021. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-23/homens-e-meninos-tambem-sofrem-abuso-sexual-eles-estao-aprendendo-a-pedirajuda.html> Acessado em: 10 abr. 2023.

ROSA C. E. da; SOUZA J. F. de. Violência/abuso sexual contra meninos: masculinidades e silenciamentos em debate. **Pesquisa em Foco**, São Luís, vol. 25, n. 2, p. 144-167. Jul./Dez. 2020

SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M.; SAVEGNAGO, S. D. O. Família e abuso sexual na perspectiva de adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Aletheia**, Canoas, n. 34, p. 109-122, abr. 2011. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-03942011000100009&lng=pt&nrm=iso Acessado em: 13 nov. 2023.

ANEXO A - ROTEIRO DE ENTREVISTA

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua profissão?
3. Como você avalia que foi sua infância? E sua adolescência?
4. Com quem você morava durante sua infância e adolescência?
5. Como é sua relação com a família?
6. Você se sente à vontade em falar sobre o tema da pesquisa, que é violência sexual na infância?
7. O que aconteceu, quando e como e qual frequência?
8. Como vc se percebia quando era criança (tímido, dificuldade na escola)
9. Você poderia nos dizer quando começou e como você percebeu?
10. Quais estratégias você utilizou para lidar com a violência sexual que sofreu?
11. Como você se sentiu após esses acontecimentos?
12. À época desses fatos, você chegou a contar para alguém sobre o que estava acontecendo? Se sim, qual foi a reação dessa pessoa?
13. Se a resposta anterior for não, você acha que teria recebido apoio de alguém caso tivesse contado sobre essa experiência?
14. Você acha que de alguma maneira esses acontecimentos interferiram na sua vida adulta? Se sim, como? (relações sexuais, namoro, trabalho, interação social, amizade)
15. Como foi para você frequentar ambientes sociais (escola, igreja, festas, etc) à época dessa violência?
16. Se a resposta anterior for sim, você procurou ajuda para tratar essa dificuldade? Qual tipo de ajuda?
17. Quando você inicia uma relação amorosa e sexual mais estável, já sentiu necessidade de compartilhar essa parte da sua história de vida?
18. Você ainda tem algum tipo de contato com essa pessoa que foi responsável por esses atos?
19. Como é atualmente a relação com sua família? Eles sabem?
20. Você teve relacionamentos amorosos durante a adolescência após a violência sexual sofrida?
21. Caso positivo, como foi para você se relacionar com alguém após o ocorrido?
22. O que você diria para um menino que sofreu ou esteja sofrendo abuso sexual?